ENSAIOS DE UMA EDUCAÇÃO EM RUÍNAS: DA INQUISIÇÃO AO VOTO CONTRA SI MESMO

Leandro Augusto da Cunha Azevedo[1]

INTRODUÇÃO

Durante uma aula sobre a origem da vida, um aluno interrompia cada teoria para afirmar apenas: “É a palavra”. Não dizia “é Deus” nem “é a Bíblia”; repetia um bordão ensaiado. Eu então lhe disse: “Estamos em uma aula de Biologia. Quero oferecer a você a oportunidade de conhecer as teorias biológicas. Não estamos tratando de religião aqui.” Percebi, então, que aquele aluno reproduzia um discurso aprendido, sem reflexão crítica — e que essa postura o impedia de se abrir para o conhecimento novo.

Em outra turma, durante uma aula sobre ecologia política e impactos das práticas sustentáveis — ao comentarmos a concentração de riqueza associada à exploração de recursos naturais energéticos e minerais —, mencionei a notícia então divulgada de que Elon Musk havia se tornado o primeiro trilionário no mundo após o IPO da SpaceX (Reuters, 2026). Apenas um aluno sabia da notícia. Quando perguntei o que achava, ele respondeu: “Achei maneiro”. Questionei o que exatamente era maneiro, e ele complementou, sem conseguir elaborar ou explicar o porquê: “Maneiro saber que tem um cara trilionário”. A resposta veio com naturalidade, como se a existência de um trilionário num mundo de miséria fosse algo banal — e não um sinal escandaloso de desigualdade.

Já em uma terceira turma, uma aluna foi a única que conhecia a Lei Maria da Penha. As cenas ocorreram na escola pública onde leciono, pertencente à rede estadual fluminense e situada nas proximidades de uma comunidade popular de onde provém grande parte dos estudantes, em turmas do Ensino Médio regular e da Nova EJA. Não afirmo que três episódios expliquem toda a escola pública; leio-os como sinais situados de um processo que, pela combinação de currículo fragmentado, precarização docente e redução da leitura crítica, pode produzir a ruína programada da escola — não como plano único, mas como efeito cumulativo de escolhas, omissões e disputas — e o apagamento gradual da consciência crítica. A interpretação dialoga com Cunha (2017) e Silva (2026), sem tomar essas fontes como prova direta das cenas.[2]

---

[1] Docente de Biologia na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Graduado em Ciências Biológicas e mestre em Microbiologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: az.leandro@gmail.com.

[2] Para preservar a confidencialidade, não são informados o nome da escola, o bairro, a comunidade, o turno ou a turma específica.

Esse processo tem articuladores concretos na extrema direita brasileira e em setores da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), sem responsabilizar genericamente os evangélicos ou todas as igrejas: o recorte diz respeito à atuação legislativa documentada de parlamentares da FPE na educação (Campos; Severo; Azevedo, 2024). A BNCC e a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) são lidas como instrumentos normativos que podem esvaziar a formação geral em itinerários fragmentados e aproximar a escola de demandas imediatas do mercado (Brasil, 2017; Brasil, 2018; Cunha, 2017). A Lei nº 14.945/2024 alterou esse desenho, mas a disputa política e as condições desiguais de implementação ainda podem reduzir a formação científica e humanística (Brasil, 2024).

Lidamos com uma geração paradoxal: acesso tecnológico sem precedentes e, ao mesmo tempo, atenção sequestrada pelas redes. Desmurget (2021) associa o uso intenso e pouco mediado de telas a prejuízos na atenção, na linguagem e na aprendizagem, sobretudo quando substitui leitura, sono e interação.[3] O excesso de dados pode confundir acesso com conhecimento e favorecer conteúdos sem verificação. Nesse cenário, o professor precisa usar a aula para conectar saberes e abrir brechas para a emancipação intelectual.

A reflexão nasce do chão da sala de aula e da necessidade de nomear o apagão cognitivo. Se, na Idade Média, a ignorância era imposta pela privação do saber escrito e pelo monopólio institucional, hoje a dominação se sofisticou: há acesso à escola e à informação digital, mas a alienação pode ser produzida pelo excesso de desinformação e por uma espécie de servidão voluntária. A imagem do título condensa essa passagem: da coerção inquisitorial à sedução algorítmica e à captura moral.[4] “Voto contra si mesmo” não designa uma escolha eleitoral individual comprovada pelas cenas, mas o processo pelo qual sujeitos precarizados podem legitimar projetos que enfraquecem direitos de que também dependem. A alienação contemporânea combina reformas educacionais precarizadas, bolhas digitais e esvaziamento da escola pública.

Em uma turma do 1º ano, interrompi a exposição ao perceber conversas paralelas e perguntei o que os estudantes queriam ser e o que entendiam por cidadania. Ninguém conseguiu elaborar uma resposta consistente. A cena descortina o abismo entre a cidadania formal e a ausência de letramento cívico elementar, que pode convertê-la em invisibilidade civil.

---

[3] A edição brasileira de Desmurget é de 2021; a edição francesa original, *La fabrique du crétin digital*, foi publicada em 2019. As telas são tratadas como fator de risco e disputa de atenção, não como causa única da alienação.

[4] Neste ensaio, “captura moral” é uma categoria interpretativa do autor, construída em diálogo com Jessé Souza para nomear o processo pelo qual sujeitos precarizados podem legitimar narrativas contrárias aos próprios interesses.

Esse sistema não me faz desacreditar da educação. O enfrentamento da ruína me impele a estudar sociologia, política e filosofia para além da Biologia e a construir mediações pedagógicas capazes de formar jovens como cidadãos, não apenas como portadores de títulos. Essa meta dialoga com a preocupação de Dubet (2004) sobre a utilidade social dos diplomas e nasce também da escuta das vivências e contradições trazidas pelos alunos.

O objetivo é investigar como essa engrenagem é mantida e legitimada e como a sala de aula pode constituir um reduto de resistência intelectual. O ensaio mobiliza literatura e ciências sociais a partir da observação participante, de registros do caderno docente e da triangulação com indicadores contemporâneos.

METODOLOGIA

Metodologicamente, o texto é um ensaio teórico-reflexivo de inspiração autoetnográfica, em diálogo com a pesquisa-ação como horizonte de intervenção, não como afirmação de um ciclo colaborativo realizado. A experiência docente é tratada como lugar situado de produção de conhecimento: observo, registro e interpreto práticas das quais participo, conforme a autoetnografia descreve e analisa a experiência pessoal para interpretar experiências culturais (Ellis; Adams; Bochner, 2010). As cenas ocorreram em uma escola pública da rede estadual fluminense, nas proximidades de uma comunidade popular de onde provém grande parte dos estudantes, em turmas do Ensino Médio regular e da Nova EJA. Os registros emergiram da regência de Biologia e de mediações transversais de Projeto de Vida, em contexto de vulnerabilidade socioeconômica e, em parte, de dupla jornada entre trabalho e escola. O material foi lido, codificado e agrupado nos três eixos anunciados, em leitura temática inspirada em Braun e Clarke (2006); os resultados não pretendem generalização estatística, mas constituem um microcosmo analítico.

Para preservar a confidencialidade, as falas são apresentadas sem nomes ou outros elementos identificáveis. Por se tratar de ensaio reflexivo sobre situações espontâneas da prática, sem finalidade de produzir dados identificáveis, não houve submissão ao sistema CEP/Conep, nos termos do art. 1º, parágrafo único, VII, da Resolução CNS nº 510/2016 (Brasil, 2016), sem prejuízo de eventual exigência institucional. As observações não são convertidas em diagnóstico clínico, não estimam prevalências nem generalizam condutas para a juventude periférica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Émile Durkheim fornece o conceito de anomia social: quando a divisão do trabalho não produz solidariedade, as relações entre os órgãos deixam de ser regulamentadas e entram em anomia (Durkheim, 1999, p. 385).[5] Na sala de aula, essa ruptura aparece quando alunos e professores já não conseguem exercer plenamente seus papéis; a apatia e a agressividade tornam-se respostas de sujeitos violentados pelo sistema.

Max Weber descreve o tradicionalismo econômico como a tendência de trabalhar apenas o suficiente para manter o padrão de vida habitual, em contraste com a ética que transforma o trabalho em vocação (Weber, 1992). Transponho essa lógica para a carreira docente: quem naturaliza a redução do tempo destinado ao planejamento das aulas e se cala diante do piso defasado não age apenas por conformismo, mas também por sobrevivência material. Essa leitura encontra apoio comparativo em Viegas (2022), cuja pesquisa identifica jornadas intensas e a extensão do trabalho docente ao espaço doméstico. A exaustão converte-se em método de gestão, esvazia a luta coletiva e atualiza a anomia como efeito da desregulamentação do ofício.

José Saramago oferece, em *Ensaio sobre a cegueira*, a metáfora central da cegueira mental coletiva e da perda dos laços de solidariedade (Saramago, 1995). Na pós-verdade, a cegueira não depende da ausência de informação, mas de narrativas que transformam crença em prova (McIntyre, 2018). A dissonância cognitiva ajuda a compreender por que sujeitos rejeitam fatos que desestabilizam sua visão de mundo (Festinger, 1957). Algoritmos e excesso de dados podem, assim, confundir acesso com conhecimento e produzir cegueira política.

Esse resgate neomedievalista, operado pela extrema direita contemporânea, associa o saber crítico à subversão e a ciência a uma ameaça à fé e à pátria. Em chave política e midiática, a fogueira inquisitorial é substituída pelo algoritmo e pela captura moral.

Em *O Alienista*, de Machado de Assis, a ciência define quem merece exclusão; em "Conto de Escola", a punição organiza a experiência escolar (Assis, 1882; Assis, 1896). As obras são mobilizadas por suas imagens e relações temáticas; não lhes atribuo citações literais ou páginas que não pude verificar. A Casa Verde torna-se antecedente da inquisição moderna, embora a leitura reconheça as contradições escravocratas do tempo de Machado. A educação defendida neste ensaio é republicana, freiriana e antirracista.

---

[5] A passagem pertence a *Da divisão do trabalho social*, 2. ed., tradução de Eduardo Brandão, e não a *As regras do método sociológico*.

Jessé Souza analisa a moralização da pobreza e a produção de distinções entre classes (Souza, 2019). Em entrevista, afirma que a questão decisiva é moral, não apenas econômica (Souza, 2024). Denomino captura moral o processo pelo qual sujeitos precarizados podem legitimar narrativas contrárias aos próprios interesses. Em diálogo com Mariano (1999), não generalizo as igrejas neopentecostais; delimito um contexto em que linguagens de prosperidade e responsabilização individual podem circular. A cegueira, aqui, é também a incapacidade de enxergar a própria posição de classe.

O nacionalismo banal de Michael Billig naturaliza símbolos cotidianos e associa o pensamento crítico a ameaças fictícias (Billig, 1995). Como exemplo histórico, recorro a Maria da Conceição Tavares, cuja defesa do livre pensar foi registrada por Pronzato (2024). Sua reflexão ilumina a permanência da perseguição ao pensamento crítico, em diálogo com o problema educacional discutido neste ensaio.

Milton Santos descreve a globalização perversa e a fabulação do mundo que oculta relações de dominação (Santos, 2000). Em contraposição, Paulo Freire demarca o modelo educacional republicano, voltado à autonomia e ao pensamento crítico (Freire, 2002). Enquanto o neoliberalismo fragmenta o saber e empurra o filho do pobre ao mercado, a educação freiriana luta pela emancipação.

Em conjunto, o referencial é uma lente composta: Durkheim nomeia a ruptura; Weber, a sobrevivência; Saramago, a cegueira; Machado, a coerção; Souza, a moralização da desigualdade; Billig, a naturalização nacional; Santos e Freire, a disputa entre fabulação e autonomia. Freire permanece central ao modelo republicano. A literatura, longe de ornamento, oferece imagens para nomear o que a linguagem institucional não alcança; Lispector traduz, em *A hora da estrela*, a subjetividade docente diante da ruína (Lispector, 1998).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Organizo a discussão em três eixos articulados: resistência ao conhecimento científico; falas sobre política, desigualdade e cidadania; e efeitos de mediações que aproximam ciência, leitura e pensamento crítico.

A atuação da FPE é um recorte político-documental, não uma inferência sobre as falas dos alunos (Campos; Severo; Azevedo, 2024). Os indicadores situam o cenário, mas não provam as cenas: em 2025, o ensino médio do Rio de Janeiro obteve Ideb 4,2 no resultado geral e 3,7 na rede pública (INEP, 2026). Em 2026, levantamento apontou a menor remuneração

inicial docente entre as redes estaduais comparadas no Rio (R$ 4.867,77), ante R$ 13.007,12 no Mato Grosso do Sul (Mongelós, 2026). As carreiras variam; o dado sinaliza baixa atratividade.

Planejamento, registros, recuperação, correção e estratégias de vínculo prolongam o trabalho em casa e disputam espaço com responsabilidades familiares. Viegas (2022), em estudo com 204 docentes, identifica jornadas intensas e essa extensão, sem autorizar generalização ao Rio. Sob o neotecnicismo, métricas e plataformas podem transferir ao professor a responsabilidade por resultados sistêmicos (Gonzalez, 2022); o problema não é a tecnologia em si, mas seu uso como substituta de investimento, currículo e formação.

A formação docente deve abordar inteligência artificial, algoritmos, leitura crítica, proteção de dados, acessibilidade e relações étnico-raciais sem responsabilizar isoladamente o professor. O Referencial do MEC recomenda supervisão humana, transparência e formação continuada (Brasil, 2026); a tecnologia pode apoiar, mas não substituir a mediação pedagógica.

Na Biologia, dificuldades de leitura e escrita podem limitar a compreensão de abstrações celulares, genéticas e ecológicas — observação do campo, não conclusão estatística. Vi essa tensão quando um estudante, na aula sobre origem da vida, repetia que “a vida era a palavra” e recusava hipóteses científicas. Interpreto a fala como fechamento dogmático situado, não diagnóstico nem prova de projeto político; a intervenção buscou abrir espaço à ciência sem desrespeitar a fé.

Diante dessa barreira, sem recuar ao cientificismo nem ferir a subjetividade do estudante, registrei em meu caderno uma intervenção verbal:6[6]

> A aula de hoje sobre a origem da vida não é uma aula para discutirmos crenças ou dogmas, mas para conhecermos teorias e, com isso, nos abrirmos para o conhecimento. […] É causar inquietação, sentir a ciência. Só assim somos donos de nós mesmos (Azevedo, caderno de anotações, 2026).

Acolher a história e a fé do estudante sem abandonar o rigor científico permitiu transformar resistência em abertura: a mediação freiriana busca causar espanto, “sentir a ciência” e favorecer a autonomia (Freire, 2002).

Na aula de reprodução humana, pedi que abrissem o manual na p. 119. A legenda identifica Louise Joy Brown, o filho, sua mãe Lesley Brown e o fisiologista Robert Edwards (Amabis; Martho, 2024, p. 119).[7] Perguntei por que Edwards era nomeado por sua função, enquanto Lesley aparecia pelo vínculo materno. A cena não comprova omissão de uma cientista

[6]Os trechos reproduzidos são literais, extraídos do caderno privado de anotações do autor; as reticências entre colchetes indicam a supressão de parte do registro.

[7] A referência corresponde ao Manual do Professor consultado, cuja folha de rosto identifica a obra como volume único, 1. ed., São Paulo: Moderna, 2024.

nem parentesco com Edwards; permite, porém, discutir como narrativas científicas distribuem autoridade e reconhecimento, convertendo Biologia em leitura crítica do material.

Em outras páginas do manual, perguntei o que diriam se precisassem lê-lo. A conversa levou a vídeos que dispensam leitura e podem manipular informações: uma forma de cegueira discutida por Saramago (1995). “Gado de manobra” é imagem retórica da manipulação, não juízo sobre a inteligência ou o caráter dos estudantes.

Alguns alunos defenderam aulas em que pudessem perguntar sem vergonha e criticaram a cópia e a repetição de exercícios. A conversa sobre a imagem, direitos, deveres e estudo deslocou a Biologia para uma leitura crítica da ciência e da própria experiência. O relato sugere que diálogo e palavra, em vez de lição moral, podem favorecer a autonomia freiriana (Freire, 2002).

Na conversa sobre recursos naturais, interesse nacional e desigualdade, perguntei também pelo sistema político, pelo termo “red pill” e pela Lei Maria da Penha; apenas uma aluna conhecia a lei. Como narrei na introdução, um estudante achou “maneiro” haver um trilionário; outro disse: “Ele podia mudar os pobres”. Situadas, as falas evidenciam a naturalização da riqueza extrema e a expectativa de que um bilionário altere a vida dos pobres. “Voto contra si mesmo” nomeia essa contradição sem culpar indivíduos: sujeitos afetados pela desigualdade podem desejar a estrutura que os exclui.

Na turma do 1º ano, ninguém conseguiu dizer o que era ser cidadão ou indicar uma profissão. O silêncio diante do futuro revela o hiato entre a promessa escolar e a experiência presente; leio-o como efeito situado da anomia (Durkheim, 1999).

Chamo pedagogia do silenciamento às condições que dificultam perguntar, ler, registrar e discordar. Cópia, desinformação algorítmica e nacionalismo banal (Billig, 1995) podem fazer a crítica parecer ameaça. Como sugere Saramago (1995), ver não garante enxergar; a mediação republicana de Freire (2002) busca converter informação em conhecimento emancipatório.

Denomino “fatos associais assustadores” as microcondutas que rompem a relação pedagógica, regras compartilhadas e reconhecimento do outro. Não são diagnóstico psicológico: anomia nomeia a desregulamentação ampla; os fatos associais, manifestações micropolíticas dela. O caderno registra estudantes de costas, evasões sem aviso e recusa a escrever — indícios situados de um contrato pedagógico rompido.

A dificuldade de articulação entre docentes expressa solidariedade fragilizada no campo observado, não um retrato de todos. Weber ajuda a compreender a sobrevivência imediata

(Weber, 1992), Santos, a fabulação da dominação (Santos, 2000), e Saramago, a cegueira que afasta do reconhecimento do inimigo comum (Saramago, 1995).

A observação de estudantes que chegam ao Ensino Médio sem dominar a escrita cursiva é situada, não estatística. O Censo registra distorção idade-série, mas não escrita nem laudo (INEP, 2021). O AEE não deve depender de laudo: requer estudo de caso, planejamento, acessibilidade e apoio (Brasil, 2015; INEP, 2025). A Casa Verde de Machado (Assis, 1882) figura como crítica à definição arbitrária da diferença.

Na ditadura, OSPB e EMC difundiram uma cidadania abstrata; o Decreto-Lei nº 869/1969, o Decreto nº 68.065/1971 e a Lei nº 5.692/1971 instituíram e regulamentaram a EMC (Brasil, 1969; Brasil, 1971a; Brasil, 1971b). Na leitura deste ensaio, setores da extrema direita e da FPE reatualizam essa herança por cruzadas moralistas que interditam o pensamento autônomo (Campos; Severo; Azevedo, 2024). Os indicadores contextualizam, mas não substituem a análise da implementação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ruínas atravessam minha biografia: sou filho de pais que não puderam estudar, formado em escola pública nos anos 1990 e egresso de ensino técnico que fragmentava o saber e empurrava jovens ao mercado. O presente aprofunda esse exílio: luto pelo que me foi negado e pelo que meus alunos são impedidos de conhecer. Como mudar um país cuja engrenagem educacional parece programada para o colapso? A precariedade, porém, convoca à urgência do sentido; como em Lispector, a solidão da docência diante da ruína não é niilismo, mas chamado à ação (Lispector, 1998).

O desmonte articula fragmentação curricular, captura moral, anomia docente, políticas insuficientes de valorização — inclusive em gestões progressistas — e confinamento intelectual. A precarização da carreira, a falta de apoio e o empurrão dos jovens ao mercado convertem a ausência de proteção em método de gestão e fazem da escola território de sobrevivência, onde cada um luta por si.

Responsabilizar a extrema direita e setores da FPE não absolve gestões progressistas: a omissão em federalizar a educação, valorizar a carreira e garantir infraestrutura permanece uma mancha do progressismo. Nomear essa falha também é resistência.

Se a Inquisição controlava pela coerção, o neoliberalismo estreita a experiência intelectual pela precarização e pela captura moral. Nomear o incêndio é o primeiro ato; ocupar a sala com práxis libertadora é resistência. Quem terá acesso à ciência, à leitura crítica e aos

códigos do poder? As elites, como tantas vezes. Mas a escola em ruínas é campo de batalha, não ponto de chegada: “voto contra si mesmo” não é destino; a educação crítica pode interromper a naturalização da precarização.

Darcy Ribeiro escreveu que a crise educacional “não é uma crise, é um programa” (Ribeiro, 2014, p. 20).[8] Retomo a frase como alerta: a escola pode mudar vidas e permanece condição de uma nação soberana. Enquanto houver professor disposto a ensinar a ler, questionar e pensar, a Inquisição moderna não venceu: a escola que liberta constrói-se cotidianamente no chão da sala de aula.

Palavras-chave: Educação republicana, neoliberalismo educacional, extrema direita, anomia, fatos associais.

REFERÊNCIAS

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Moderna Plus Biologia Amabis & Martho: volume único: ensino médio: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2024.

ASSIS, Machado de. **Papéis avulsos**. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1882.

ASSIS, Machado de. **Várias histórias**. Rio de Janeiro: Laemmert C. Editores, 1896.

BILLIG, Michael. **Banal nationalism**. London: SAGE Publications, 1995.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res05100704_2016.html. Acesso em: 27 out. 2026.

BRASIL. Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971. **Regulamenta o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1971a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1971/d68065.html. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. **Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0869.htm. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1971b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 26 out. 2026.

[8] O PDF institucional consultado traz “2014” no expediente, mas registra “2013” na ficha catalográfica; mantém-se 2014 por corresponder ao expediente da edição consultada.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Converte a Medida Provisória nº 746, de 2016, em Lei; altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 11.494, de 20 de junho de 2007, a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2023-2026/2024/lei/l14945.htm. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial para o Uso e Desenvolvimento Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação**. Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/referencial-de-ia-na-educacao. Acesso em: 27 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018. 600 p. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/arquivos/bnccensinomedio.pdf. Acesso em: 27 out. 2026.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. DOI: 10.1191/1478088706qp063oa.

CAMPOS, Rodrigo Duque Estrada; SEVERO, Ricardo Gonçalves; AZEVEDO, Elizabeth Mendonça. “Manifesto à Nação - Brasil para os Brasileiros”: a atuação da Frente Parlamentar Evangélica na educação brasileira. **Religião & Sociedade**, v. 44, n. 2, e440202, 2024. DOI: 10.1590/1984-04382024e440202.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino médio: atalho para o passado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 373–384, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/sRgNLFXFPBvWCYggFhcBmYm/?lang=pt. Acesso em: 26 out. 2026.

DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossas crianças**. São Paulo: Vestígio, 2021. Tradução de Mauro Pinheiro.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539–555, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/jLBWTVHsRGSNm78HxCWdHRQ/?lang=pt. Acesso em: 26 out. 2026.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: an overview. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, v. 12, n. 1, Art. 10, 2010. DOI: 10.17169/fqs-12.1.1589.

FESTINGER, Leon. **A theory of cognitive dissonance**. Evanston, IL: Row, Peterson, 1957.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GONZALEZ, Jeferson Anibal. **Das máquinas de ensinar aos objetos virtuais de aprendizagem: tecnicismo e neotecnicismo na educação brasileira**. 2022. 193 p. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2022. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1256581. Acesso em: 27 out. 2026.

INEP — INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Ideb avança em todas as etapas da educação básica no Rio de Janeiro**. Brasília, DF, 6 ago. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ideb/ideb-avanca-em-todas-as-etapas-da-educacao-basica-no-rio-de-janeiro. Acesso em: 26 out. 2026.

INEP — INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **O que é o atendimento educacional especializado (AEE)?** Brasília, DF, 29 maio 2025; atualização em 31 ago. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/censo-escolar/educacao-especial/o-que-e-o-atendimento. Acesso em: 26 out. 2026.

INEP — INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico do estado do Rio de Janeiro: Censo da Educação Básica 2020**. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: https://riep.inep.gov.br/items/2a318b21-759c-40e3-8056-fc152fd99ca1. Acesso em: 27 out. 2026.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MCINTYRE, Lee. **Post-truth**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2018.

MONGELÓS, Silvia Avelina Arias. Salário inicial do magistério na rede estadual expõe desigualdades. **JOTA**, 17 jul. 2026. Disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/gestao-politica-sociedade/salario-inicial-do-magisterio-na-rede-estadual-expoe-desigualdades. Acesso em: 27 out. 2026.

PRONZATO, Carlos. Memória | Maria Conceição Tavares e o livre pensar. **Brasil de Fato**, Curitiba (PR), 11 jun. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/06/11/memoria-maria-conceicao-tavares-e-o-livre-pensar. Acesso em: 26 out. 2026.

REUTERS. SpaceX IPO makes Elon Musk the world's first trillionaire. **Reuters**, 11 jun. 2026. Atualizado em 14 jun. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/business/media-telecom/spacex-ipo-makes-elon-musk-worlds-first-trillionaire-2026-06-11/. Acesso em: 27 out. 2026.

RIBEIRO, Darcy. “Sobre o óbvio”. In: RIBEIRO, Darcy. **Ensaios insólitos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2014, p. 3–20. Disponível em: https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/ensaios-insolitos.pdf. Acesso em: 26 out. 2026.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 310 p.

SILVA, Fernando Luiz Cássio. Matrículas da educação básica na rede pública caem em todos os anos [Depoimento]. Entrevista concedida a Gabriel Albuquerque. **Jornal da USP**, São Paulo, 27 abr. 2026. Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/matriculas-da-educacao-basica-na-rede-publica-caem-em-todos-os-anos/. Acesso em: 26 out. 2026.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. “Erra quem acha que o estímulo mais importante para o comportamento humano é o econômico”, diz Jessé Souza. Entrevista concedida a Claudia Rocha. **Focus Brasil**, n. 166, Fundação Perseu Abramo, 5 nov. 2024. Disponível em: https://fpabramo.org.br/erra-quem-acha-que-o-estimulo-mais-importante-para-o-comportamento-humano-e-o-economico-diz-jesse-souza/. Acesso em: 26 out. 2026.

VIEGAS, Moacir Fernando. Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, e244193, 2022. DOI: 10.1590/S1678-4634202248244193.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 7. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1992.